

Especialista concede entrevista à jornalista Roseann Kennedy

O presidente do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, o advogado Walfrido Warde, acaba de lançar o livro **“O espetáculo da corrupção - Como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país”**.

Na obra, ele analisa o momento atual do Brasil e compara o combate à corrupção ao câncer. “Temos que refletir, nos unir para criar uma legislação, criar uma política de combate à corrupção que seja capaz de matar as células cancerosas e manter o paciente vivo”. Walfrido Warde é o entrevistado do programa *Conversa com Roseann Kennedy*, que vai ao ar nesta segunda-feira (22), às 21h15, na TV Brasil.

Na entrevista e no livro, o advogado faz questão de ressaltar que faz críticas ao modo que o combate à corrupção está sendo executado, mas que isso não significa uma apologia ao crime. Ele destaca a importância da Operação Lava Jato e avalia que, diante de tantos escândalos, há um clima de vingança entre a população. “Nós temos que combater a corrupção, nós temos que combater as causas da corrupção, e nós temos que impedir que o combate à corrupção cause efeitos colaterais adversos às empresas do Brasil. Porque sem empresa não tem emprego, sem emprego não tem renda, não tem consumo, não tem tributação, não tem desenvolvimento para o país”, detalha.

Segundo ele, o imaginário da população é povoado pela ideia de que toda relação entre empresas e governos está contaminada. “Construir uma usina hidrelétrica, uma estrada ou aeroporto não é ilícito. É importante para o país. O que é ilícito é conseguir um contrato para fazer isso, pagando propina para um político. Como você depura o ilícito das relações econômicas que são indispensáveis para o país?”, questiona.

Walfrido Warde considera que não há possibilidade de fechar a “fábrica da corrupção” no país sem a regulamentação do lobby. “Eu me refiro ao lobby pré-eleitoral e pós-eleitoral, ou seja, o financiamento de campanha, aquelas doações que são feitas para financiar a política, isso antes de eleger as pessoas aos cargos públicos. E depois de eleitos, aquela pressão que a sociedade civil faz para que cada agente público satisfaça o interesse que existe na sociedade civil”.

“Nós temos uma regulação muito frouxa no Brasil e até inexistente”, critica.

Walfrido relembra que antes da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4650) que proibiu a doação de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais, havia um cenário onde as empresas doavam para todos os candidatos com o intuito de manter boas relações com todos eles. “Era uma situação que era claramente escandalosa e que ninguém falava nada”, condena. Para o advogado, é preciso estabelecer regras para evitar um mal maior. “Ainda que esse processo seja imoral, ele tem que ser de certa forma regulado e limitado, mas extirpar esse processo faz com que essas negociações sejam feitas por debaixo do pano. E pior, abre espaço para que o crime organizado financie a política no Brasil”, destacou.

A entrevista com o especialista vai ao ar nesta segunda-feira (22), na [TV Brasil](#).

Fonte: Agência Brasil, em 21.10.2018.